

ARQUEOLOGIA DO CORPO: OBJETO ARQUIVO E RESISTÊNCIA

ADAMS, Elias¹; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares²; LAUXEN, Sirlei de Lourdes³;
DORNELES, Elizabeth Fontoura⁴

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a estabelecer as condições para pensar o corpo como um objeto-arquivo e como resistência aos efeitos de poder, a partir dos estudos de Michel Foucault. A arqueologia, proposta por Foucault, apresenta as condições que permitem o surgimento de enunciados, que rege o que pode ser dito e o que deve ser silenciado. O corpo assumiu uma condição de objeto-arquivo nos trabalhos de Michel Foucault a partir dos trabalhos sobre a disciplina, o asilo, a história da sexualidade, a biopolítica e as práticas de si. Com a constatação da rede somato-poder, Foucault passa a estabelecer as condições para a resistência ao poder, na qual o corpo assume a condição política fundamental no enfrentamento das relações de poder. É por meio dessa condição de objeto-arquivo que o corpo se constitui como um ponto de resistência aos efeitos de poder.

Palavras-chave: Arqueologia. Corpo. Resistência.

ABSTRACT

This paper proposes to establish the conditions to think the body as an object file and how resistance to the effects of power, from Michel Foucault's studies. Archaeology proposed by Foucault presents the conditions for the emergence of statements, governing what can be said and what should be silenced. The body took on an object-file condition in Michel Foucault's work from the work on the subject, asylum, the history of sexuality, biopolitics and practices of the self. With the finding of the somatosensory power network, Foucault goes on to establish the conditions for resistance to power, in which the body takes the fundamental political condition in the face of power relations. It is through this object-file condition that the body is constituted as a point of resistance to the effects of power.

Keywords: Archaeology. Body. Resistance.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ – Cruz Alta. Graduado em Psicologia pela URI Campus Santo Ângelo. Bolsista PROSUP 2016, modalidade Taxa. E-mail: eliasadams.ea@gmail.com

² Doutora em Letras (UFRGS). Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

³ Doutora em Educação (UFRGS). Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: s.lauxen@hotmail.com

⁴ Doutora em Letras (UFRGS). Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). E-mail: edorneles@unicruz.edu.br

INTRODUÇÃO

Um das teorizações de maior importância do pensamento foucautiano é a proposição de um modo de analisar a história. A história não é entendida como o registro de acontecimentos passados que obedecem uma linearidade observável, mas como fundamento, a partir do qual se pode conhecer os pilares que constituem a sociedade presente e conhecer o nascimento dos problemas. Nesse sentido, Foucault inaugura uma reinterpretação da história, e que se colocará como alternativa ao método da história das ideias.

A arqueologia, entendido como método que procura estabelecer as condições de emergência de um saber, abre possibilidade de reinterpretar as práticas discursivas. A proposta deste trabalho é justamente estabelecer os recortes que Michel Foucault fez acerca do corpo, os isolamentos, as aproximações; percorrer o caminho que Foucault estabeleceu nas épocas, nos rastros deixados pelo corpo, através da história; condensar a analítica sobre o corpo, de modo a permitir pensar o corpo como resistência aos efeitos de poder. Assim, a leitura aqui estabelecida é essencialmente bibliográfica, pois retoma esse caminho nos escritos do próprio Michel Foucault. Essa trilha perpassa os estudos sobre as práticas da anatomo-política e da biopolítica até a constatação da rede somato-poder.

Partindo do pressuposto de que a arqueologia é a ciência do arquivo, é possível estabelecer as condições que colocam o corpo como um objeto-arquivo da arqueologia. O corpo assumiu uma condição de objeto-arquivo nos trabalhos de Michel Foucault, a partir dos trabalhos sobre a disciplina e o asilo, a história da sexualidade, a biopolítica e as práticas de si. Nessa análise das condições que permitem se perguntar sobre a emergência do corpo como objeto arquivo, retomam-se as proposições que Foucault faz ao final da década de 70. Com a constatação de uma rede de somato-poder Foucault redireciona suas leituras, saindo das práticas de assujeitamento, oriundas do discurso moral e se encaminhando para a análise entre as relações de poder e os corpos.

Emerge pela arqueologia a questão sobre a luta pelos corpos. É pelo caráter inapreensível do corpo em sua totalidade, pela sua resistência ao poder, que ele emerge como objeto da ciência arqueológica. A proposta deste trabalho é justamente, tendo como ponto de partida a constituição da arqueologia como ciência do arquivo, percorrer as trilhas de Foucault em direção ao “corpo resistência ao poder”.

DISCUSSÃO

Arqueologia: uma ciência do arquivo

O livro *As palavras e as coisas* tem por subtítulo “uma arqueologia das ciências humanas”. Nessa obra, Foucault lança uma leitura sobre as ciências humanas, cujo método será explicitado em uma obra posterior, *A arqueologia do saber* (2002), que, por sua vez, propõe-se a esmiuçar o modo como Foucault operou sobre os registros históricos em suas obras precedentes, especialmente *A história da loucura* (1978), *O Nascimento da clínica* (1977) e *As palavras e As coisas* (1999). Dessa forma, Foucault situa o ponto a partir do qual eram constituídas as suas ideias, a saber, a arqueologia.

Foucault sempre se mostrou resistente a esse desvio de sua obra, negando enfaticamente qualquer tentativa de inscrição de seu pensamento no estruturalismo francês. Na própria conclusão da *Arqueologia do saber*, Foucault registra sua posição quanto aos empreendimentos estruturalistas:

Não quis, portanto, levar além de seus limites legítimos o empreendimento estruturalista. Você há de convir que não empreguei uma única vez o termo estrutura em *Les mots et les choses*. Mas deixemos as polêmicas a respeito do "estruturalismo"; elas sobrevivem, com dificuldade, em regiões hoje abandonadas pelos que trabalham; esta luta, outrora fecunda, só é conduzida agora pelos farsantes e pelos forasteiros (FOUCAULT, 2002, p.225).

Essa definição dos limites do método arqueológico não impediu que, após a publicação da *Arqueologia do saber*, algumas correntes filiadas à análise do discurso, passassem a aclimatar as proposições da arqueologia (FOUCAULT, 2002, p. 20). Courtine (2013) descreve o ceticismo de Foucault, quando narra as suas tentativas de incorporação da arqueologia ao “país dos linguistas” (p.21).

Mais do que definição de limites das análises, a arqueologia operou uma redefinição do conceito de história, partindo dos conceitos de documento e memória:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2002, p. 8).

Essa (co)definição da história implica outra postura frente aos documentos do passado: parte do pressuposto de que há uma massa de elementos dispersos que permitem construir novas séries, novas rupturas; há um universo de dados ocultos aos olhares da história das

ideias. Segundo Foucault esse redirecionamento do olhar do pesquisador apresenta consequências imediatas, desdobradas na introdução da arqueologia do saber: a multiplicação das rupturas na história das ideias; a emergência da noção de descontinuidade; o apagamento da história global e o surgimento de uma história geral; as problemáticas metodológicas inerentes a essa nova história. Justamente para fazer frente a estas consequências imediatas que Foucault desdobra a arqueologia como método. No entanto, Foucault registra que não se trata de uma metodologia que poderia ser aplicada segundo um regramento, em domínios diferentes:

Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço a minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método (FOUCAULT, 2006, p.229).

Foucault situa a história das ideias, considerando alguns conceitos: gênese, continuidade e totalização. A arqueologia situa-se num paralelo a estes conceitos, pois opera pelos conceitos de: enunciado, de descontinuidade e de especificidade. Os documentos históricos não são analisados como signos de alguma coisa, dos quais se poderia extrair um sentido, mas como práticas discursivas. A noção de práticas discursivas remonta justamente essa relação com a noção de arquivo; Foucault (2008, p. 133) define as práticas discursivas como: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem para uma época dada e para uma área social econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Desse modo, o conceito fundamental na arqueologia é o arquivo: “o arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008, p. 170). Faz-se necessário estabelecer um paralelo entre as noções de arquivo e formação discursiva. Pela noção de arquivo se pode: estabelecer o que é possível dizer; estabelecer os meios de conservação e reutilização dos enunciados; os limites e as formas da memória tal como aparece nas formações discursiva; os limites e as formas de apropriação dos enunciados entre coletividades (FOUCAULT, 2008). Na noção de práticas, Foucault estabelece as discursivas e não discursivas. Estas últimas são interpretadas como as relações de poder. As práticas (discursivas e não discursivas) permitem: estabelecer características de homogeneidade em que as formas de racionalidade que organizam as maneiras de fazer permitem compreender a sistematicidade entre os saberes, as relações de poder, e as relações do sujeito consigo mesmo; e incidem em generalidades, a saber, as relações entre razão e loucura, enfermidade e saúde, o crime e a lei.

Entre anátomo-política e biopolítica

É por meio da arqueologia que Foucault (2002) encontra o corpo em várias de suas análises. O corpo perpassa toda a analítica foucaultina, iniciando na tese da doença mental e psicologia, até a história da sexualidade e seus cursos, no Colégio da França. Ele apresenta-se de diferentes perspectivas, nas análises; fragmentado; inserido em um conjunto; como objeto do poder; como fonte da resistência ao poder. Foucault (1979) entende o corpo como a superfície, a partir da qual o homem se compreende como finito, a condição para a sua constituição enquanto sujeito.

As análises de Foucault tangenciam o corpo, especialmente com dois conceitos: a disciplina e a biopolítica. A disciplina inscreve-se como uma anátomo-política do corpo humano, um conjunto de processos que visam adestrar o corpo individual. Já a biopolítica se apresenta como o governo das populações. Além da diferença referente ao objeto, é possível destacar a diferença entre biopolítica e disciplina, tendo em vista os fenômenos considerados em cada uma: a disciplina tem o corpo individual como objeto, detém-se sobre fenômenos singulares; já a biopolítica, tem como objeto a população e se detém aos fenômenos de massa, aos fenômenos das populações, como higiene, natalidade, longevidade, entre outros (FOUCAULT, 2008).

A finalidade da biopolítica é paralela à da disciplina: a primeira tem por finalidade a regulação e o equilíbrio das populações; a segunda tem por finalidade a constituição de corpos úteis, capazes de produzir, e dóceis. Ainda que se possa compreender a biopolítica e a disciplina como conceitos em separados, Foucault os estabelece como técnicas que se tangenciam, na medida em que a biopolítica é descrita como uma mutação da tecnologia disciplinar. Foucault compreende o nascimento da biopolítica como uma passagem da técnica disciplinar que incidia sobre o “homem-corpo”, para incidir sobre o “homem vida”:

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia (FOUCAULT, 1999, p.88-89).

Com o surgimento da biopolítica, a partir da técnica disciplinar, mantêm-se práticas do governo. O conceito de governo em Foucault não tem relação exclusiva com a ideia de estado, ou nação, mas com a ideia de gerenciamento, de governabilidade. Nesse sentido, a técnica disciplinar “que se faz consoante com o modo da individualização” passa a tomar o “homem

vida” numa proposição massificante, na técnica biopolítica; ela passa a gerir não mais o corpo individual, mas a população:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora ha pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de urna população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com urna porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 1999, p.289 – 290).

Se a biopolítica opera pela gestão das populações em direção a massificação, a disciplina opera pela gestão do corpo individual em direção a individualização; não são direções contrárias, mas paralelas. Nesse sentido, a disciplina que gestará a biopolítica é aquela que se relaciona com o poder, com o conjunto de técnicas pelas quais o poder objetiva a singularização dos indivíduos. Essa singularização age sobre o corpo de modo a retirar a sua unidade social; o nascimento das disciplinas modernas situa-se na reformulação do corpo com unidade produtiva. Foucault destaca que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2004, p.119).

O valor utilitário do corpo dá-se pela sua capacidade de obediência, pela responsividade em atender os imperativos do discurso. Então, o corpo passa a ser desarticulado, esquadrihado e reconstruído pelo poder, de modo a intensificar as condições de domínio. Esse exercício de poder sobre o corpo é o que Foucault chamou de anatomo-política. Essas técnicas disciplinares que atuam sobre o corpo implicam o “domínio sobre o corpo dos outros”:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2004, p.119).

Dessa forma, o corpo constitui-se como o epicentro da disciplina e biopolítica. Mas é com os estudos sobre a sexualidade, da problematização da hipótese repressiva, que Foucault passa a pensar o corpo a partir dos atravessamentos de uma rede somato-poder, e não mais como epicentro das práticas disciplinares.

Nos estudos sobre a relação poder-saber-sujeito, próximos ao final dos anos 70, Foucault concebe a sexualidade como um dispositivo de regulação do corpo, de modo a extrair dele o máximo das forças utilizáveis para o trabalho. A sexualidade é constituída por uma tríplice finalidade: regulação dos prazeres; a regulação da biologia do sexo; a ocultação do discurso positivo de regulação do sexo. A sexualidade converte-se no dispositivo fundamental de “captura dos corpos” e não mais o corpo disciplinado. Foucault afirma:

O que eu procuro fazer é tentar mostrar como as relações de poder podem passar materialmente pela própria espessura dos corpos sem precisarem ser remetidas para as representações dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, isso não ocorre porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência das pessoas. Existe uma rede de biopoder, de somato-poder que é ela mesma a rede a partir da qual nasceu a sexualidade como fenômeno histórico e cultural no interior do qual por vezes nos reconhecemos, por vezes nos perdemos (FOUCAULT, 2001, p.231).

A sexualidade passou a redefinir as práticas de regulação e controle do corpo, de modo que na sua superfície se situa uma condição que lhe escapa. É justamente pela impossibilidade de apreensão total pelos dispositivos da disciplina e sexualidade que surge a resistência ao poder.

O corpo como resistência

Foucault lança a proposição de que “lá onde há poder há resistência ao poder” (FOUCAULT, 1988. p.91). O poder é entendido como uma rede de determinações, cujo espaço de emergência são as relações entre os sujeitos; daí a centralidade da locução “relações de poder”. Para Foucault (1988), o poder é entendido, considerando alguns pressupostos:

O poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; [...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais); [...] o poder vem de baixo; isto é, não há no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e dominados [...] as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas; [...] lá onde há poder há resistência ao poder (FOUCAULT, 1988, p. 89-91).

Para fazer frente ao poder, os trabalhos iniciais de Foucault são pensados com o conceito de transgressão; transgredir seria o dispositivo que sustenta os enfrentamentos dos dispositivos de poder. Esse enfrentamento é o processo pelo qual o indivíduo consegue fugir ou romper os dispositivos de identificação, classificação e normalização das práticas disciplinares. A transgressão surge como conceito que implica uma condição de exterioridade no sistema saber-poder.

Com *Vigiar e punir* (2004) Foucault passa a aperfeiçoar o conceito de transgressão e a utilizar o conceito de resistência. A resistência não implica mais uma irrupção que se gesta no externo das relações de poder, mas opera em uma horizontalidade com as práticas disciplinares.

Ela [a disciplina] deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios - tudo o que pode se originar das conjunções horizontais (FOUCAULT, 2004, p.181).

A resistência ao poder apresenta características próximas ao próprio poder, na medida em que se distribui estrategicamente de baixo, dos alicerces das relações sociais. A resistência surge como estratégia de enfrentamento, assim que os efeitos de poder se estabelecem por meios dos seus dispositivos. Nesse sentido, Foucault registra o seguinte: “Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 1992, p. 136).

Com os estudos sobre a sexualidade Foucault desemboca na noção de “prática de si”, ou seja, num dos modos de subjetivação, o processo pelo qual o homem se constitui como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder. É a partir também da sexualidade que Foucault passa a se interrogar sobre os modos pelos quais poderia se recuperar o próprio corpo, rompendo com essa relação organizada pelos saberes sobre o corpo: “É essa luta pelos corpos que faz com que a sexualidade seja um problema político” (FOUCAULT, 2006, p. 26).

O corpo não é uma unidade passiva na teia do poder; faz-se uso intensivo dos saberes e das práticas disciplinares para a sua regulação, para o seu esquadrinhamento. Foucault reitera essa condição de complexidade do corpo, justamente porque é sobre ele que os acontecimentos incidem. A história tem na materialidade orgânica e simbólica do corpo a sua superfície de inscrição, como se percebe na afirmação:

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências (FOUCAULT, 1992, p. 18).

Mesmo que Foucault tenha dedicado a maior parte de suas obras à análise das relações de poder, são as práticas de resistência que assumem uma importância fundamental nos trabalhos finais do autor. A noção de resistência e efeitos de poder não se configuram como antinomias, como processos conflitantes, mas como processos simultâneos e dependentes um

do outro. Ou seja, a resistência surge a partir da instalação de uma relação de poder; da mesma forma que os efeitos de poder incitam práticas de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia permite pensar o regime de verdades sobre o corpo, estabelecidos, sobretudo, a partir dos saberes científicos. A arqueologia não constitui propriamente uma teoria absoluta sobre as regras que organizam os discursos, mas uma espécie de isolamento de discursos objetos. Nesse sentido, Foucault estabelece um método que distancia e des-familiariza os discursos das ciências de determinados objetos.

O isolamento dos discursos sobre o objeto corpo estabelecido pelos trabalhos de Foucault problematizou uma série de saberes que se consolidaram, na modernidade. Esse isolamento significou especialmente a tomada do corpo como um arquivo, a partir de um conjunto de regras que estabelecem o que pode ser dito, as formas de dizê-lo, e os seus silenciamentos. É com a arqueologia que se pode analisar os regimes de verdade imputados sobre o corpo, especialmente gestados pelos saberes científicos, pelos saberes que delimitam sentidos possíveis e coíbem os demais sentidos.

Da mesma forma que o corpo esteve imerso nas relações de poder, foi objeto das práticas disciplinares e teve sua existência condicionada por um sistema político, a rede somato-poder, ele se inscreve como um dispositivo de resistência. Para tomar o corpo como resistência aos efeitos do poder, das relações de poder, é necessário reconhecer a sua imbricação nas relações de poder. Essa imbricação se dá justamente na diversidade de práticas que o circunscrevem, pela governamentalidade que o organiza e pela política que o incita, pelos saberes que o produzem; sobretudo pela sua condição de “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização” (FOUCAULT, 1992, p.17).

Para se pensar as formas pelas quais o dispositivo corpo resiste aos efeitos do poder se faz necessário ter presente a distribuição do corpo na teia do poder, na forma como ele sustenta a rede somato-poder. É por meio do isolamento de objetos para análise possibilitados pela arqueologia, pela constatação das práticas de disciplinamento do corpo, pela passagem da disciplina a biopolítica e pela constatação da sexualidade como dispositivo fundamental de governo dos corpos, que Foucault passa a tomar a resistência do corpo como um ato político. E é o próprio corpo, na medida em que se converte em objeto de saber/poderes, que constrói as resistências a estes saberes.

Talvez não exista controle absoluto sobre o corpo, porque algo no corpo resiste às práticas totalizantes; algo escapa aos efeitos de poder. Talvez a resistência do corpo emane justamente dessa impossibilidade de apreensão total, da sua visibilidade, da sua diversidade, da sua imprevisibilidade.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 6ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3 ed., Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- _____. **Ditos e escritos IV**. Estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). 1Ed - São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- _____. **A ordem do discurso**. 5Ed - Edições Loyola: São Paulo, 1999.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- COURTINE, Jean-Jaques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.